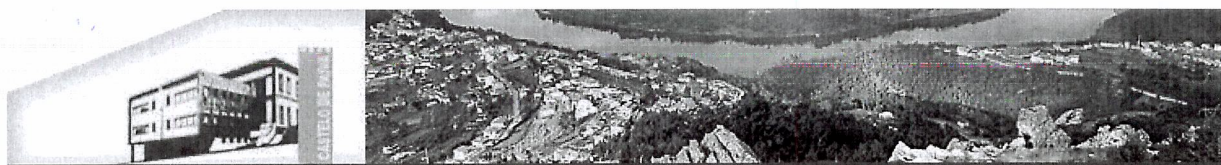


[Handwritten signature]



RELATÓRIO SEMESTRAL JUNHO 2016

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(n.º 6 do artigo 59.º da Lei 73/2013)

A. M. CASTELO DE PAIVA
PRESENTE NA REUNIÃO DE 27 02 2017
DELIBERAÇÃO
A. M. deliberou em maioria
com 8 abstenções e 96 votos
favor, aprova o Relatório
Semestral de Junho de 2016
[Handwritten signature]

C. M. CASTELO DE PAIVA
PRESENTE NA REUNIÃO DE 22 12 2016
DELIBERAÇÃO
Aprovado por unanimidade o Relatório de execução do Plano de Saneamento Financeiro.
P. Chefe da JAG,
[Handwritten signature]



INDÍCE

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	3
2.1	BALANÇOS.....	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	6
2.2.1	PROVEITOS	8
2.2.2	CUSTOS.....	10
2.2.3	RESULTADOS	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICOS, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO..	14
3	CONCLUSÃO.....	17



1 INTRODUÇÃO

O Município de Castelo de Paiva decidiu elaborar, em 2015, um Plano de Saneamento Financeiro Ajustado (PSFA), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 58.º e do 59.º da Lei n.º 73/2013, visado pelo Tribunal de Contas em 17/11/2015, que justificava, não só, o recurso fundamentado a um novo empréstimo de saneamento financeiro de MLP (resgatando os empréstimos de saneamento anteriores), como também, reduzia substancialmente a despesa financeira relativa a juros (redução de 3,89% para 1,50%, do spread da taxa de juro). Isto é, não obstante, a alteração dos pressupostos de base do PSF (Lei n.º 2/2007), nomeadamente, a redução das transferências e das receitas próprias (no valor acumulado de 2.865.670 Euros), tinha sido possível diminuir significativamente a dívida total em, aproximadamente, 4.700.000,00 Euros (passando de 16.585.656,44 Euros, em 2009, para 11.893.487,23 Euros em 2014), cumprindo sempre com a redução anual legal do excesso de endividamento líquido (n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007).

Aliás, no novo **PSFA** (aprovado pela Câmara no dia 23/4/2015 e na Assembleia Municipal a 30/4/2015) ficou demonstrado que com a operação de substituição de dívida de MLP (não era aplicável o artigo 106.º do OE 2015 - Lei n.º 82-B/2014), não existia aumento da dívida total do município, o serviço da dívida diminuía e o valor actualizado dos encargos totais com o novo empréstimo de saneamento era inferior ao valor actualizado dos empréstimos de saneamento anteriores.

A avaliação durante a vida do novo empréstimo de saneamento (isto é do PSF, conforme previsto no n.º 6 do artigo 59.º da Lei 73/2013) dessas medidas e desse cumprimento é feito, também, através de relatórios semestrais e anuais.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise se afigura complicado, neste momento, já que temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2016 (os constantes do Balanço do PSF) e por outro lado, não temos demonstrações financeiras do PSF, nem à data de 30/6/2015, nem à data de 30/6/2016.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, limitada devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, só no final de 2016 será possível efectuar, com mais realismo, as verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.



2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa e os indicadores económicos, financeiros e ainda de endividamento do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Não faz sentido a comparação de um Balanço no final de 2016, incluído no PSF, com um Balanço extraído dos dados a 30 de Junho (reais). Desta forma, como foi referido anteriormente, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2016, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os valores relevantes, a título informativo, do Balanço elaborado com base no balancete real a 30/6/2016 face ao Balanço do PSF em 2016 (final do ano), porque não é possível dividir, tecnicamente, este Balanço.

**Mapa 1
BALANÇOS**

Valores em Euros

	Real 2012	Real 2013	Real 2014	Previsão PSF 2015	Real 2015	% Desvio	Previsão PSF 2016	Real 6/2016	% Desvio	Notas
ACTIVO										
Imobilizado Bruto	41 124 218	43 067 505	45 786 460	46 384 106	46 488 972	0	46 981 752	46 850 841	0	
Bens de domínio público	6 387 827	6 391 703	6 480 658	6 480 658	6 583 899	2	6 480 658	6 583 899	2	
Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Imobilizações Corpóreas	31 148 357	31 910 688	32 205 661	32 735 661	32 170 236	-2	33 265 661	32 194 699	-3	
Investimentos financeiros	312 754	343 782	2 334 506	2 402 152	2 551 709	6	2 469 798	2 551 709	3	
Imobilizado em Curso	3 275 280	4 421 332	4 765 635	4 765 635	5 183 128	9	4 765 635	5 520 534	16	
Amortizações Acumuladas	7 398 307	8 504 849	9 711 956	10 903 456	10 878 893	0	12 116 456	11 481 276	-5	
Existências	131 789	125 942	156 104	156 114	166 076	6	156 114	178 471	14	
Matérias-Primas	131 789	125 942	156 104	156 114	166 076	6	156 114	178 471	14	a)
Produtos acabados e em curso fabrico	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Mercadorias	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Outros	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Provisões para depreciação existências	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Dividas de terceiros Médio/Longo prazo	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Dividas de terceiros Curto prazo	220 865	220 035	229 847	189 001	791 774	319	189 001	874 773	363	
Clientes, Contribuintes e Utentes	121 124	151 222	160 527	160 522	174 940	9	160 522	205 688	28	
Estado e outros entes públicos	30 516	39 229	40 841	0	62 914	-	0	64 667	-	
Outros	69 226	29 584	28 479	28 479	553 920	1 845	28 479	604 418	2 022	
Provisões para cobranças duvidosas	52 204	59 592	59 592	0	59 592	-	0	59 592	-	
Disponibilidades	1 848 285	2 185 138	1 820 504	1 838 231	1 047 103	-43	1 640 631	872 468	-47	
Acréscimos e Diferimentos	369 477	269 738	194 648	194 648	298 061	53	194 648	298 061	53	
TOTAL ACTIVO	36 244 123	37 303 917	38 416 013	37 858 643	37 853 501	0	37 045 689	37 533 746	1	
PASSIVO										
Provisões para riscos e encargos	858 127	945 526	945 526	945 526	945 526	0	945 526	945 526	0	
Dividas a terceiros Médio/Longo prazo	11 859 218	12 186 491	11 062 730	10 095 378	9 527 087	-6	8 828 334	8 784 240	0	
Dividas a Instituições Crédito	11 859 218	12 186 491	11 062 730	10 095 378	9 527 087	-6	8 828 334	8 784 240	0	
Dividas a Fornecedores Imobilizado	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Outras Dividas	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Dividas a terceiros Curto prazo	1 324 713	683 666	830 757	826 762	1 131 443	37	826 315	1 449 530	75	
Dividas a Instituições Crédito	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Fornecedores	221 809	123 807	248 539	251 556	314 751	25	251 556	437 959	74	
Estado e outros Entes Públicos	28 679	54 926	38 162	64 896	40 329	-38	64 449	68 475	6	
Outras Dividas	1 074 226	504 933	544 056	510 310	776 362	52	510 310	943 096	85	
Acréscimos custos	596 247	606 580	558 812	558 812	735 030	32	558 812	735 030	32	
Proveitos Diferidos	8 392 565	8 534 781	7 999 637	7 599 655	7 608 682	0	7 199 673	7 678 278	7	
TOTAL PASSIVO	23 030 869	22 957 044	21 397 463	20 026 134	19 947 768	0	18 358 661	19 592 604	7	
FUNDOS PRÓPRIOS										
Património	13 550 444	14 544 844	14 544 844	14 544 844	14 544 844	0	14 544 844	14 544 844	0	
Reservas	968 073	1 020 410	2 969 034	2 969 034	2 763 635	-7	2 969 034	2 763 635	-7	
Resultados Transitados	-2 352 000	-1 353 726	-1 154 182	-495 327	-35 834	-93	318 631	597 254	87	
Resultados Líquidos	1 046 736	135 345	658 855	813 958	633 088	-22	854 519	35 409	-96	
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	13 213 254	14 346 873	17 018 551	17 832 509	17 905 733	0	18 687 028	17 941 142	-4	
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	36 244 123	37 303 917	38 416 013	37 858 643	37 853 501	0	37 045 689	37 533 746	1	

Notas:

a) Foi incluído o saldo devedor da conta Compras no valor de 17.444,88 Euros.

No que diz respeito ao **Activo** constata-se que o Município, neste primeiro semestre, **contabilizou** cerca de 360.000 Euros de investimento adjudicado a terceiros.

Ao nível das outras rubricas mais relevantes verifica-se que o valor das **disponibilidades acrescido das dívidas de terceiros a receber** é mais do que suficiente, neste momento, para pagar a totalidade das **dívidas de curto prazo** (existe um **fundo de maneo positivo de 714.651 Euros**). O acréscimo das **dívidas de curto prazo** face ao fim de 2014 (e ao PSF) resulta, no essencial, da contabilização em 2015 da contribuição do Município para o FAM (valor total - 473.523,72 Euros - deduzido do valor pago em 2015 - 67.646,00 Euros – e 2016 - 33.823,00 Euros – o que perfaz 372.054,72 Euros). As projecções do PSF não consideraram a dívida total ao FAM, mas apenas o valor pago em cada ano (67.646,00 Euros anualmente de 2015 a 2020 e 67.648,00 Euros em 2021).

Ao nível do **Passivo de médio e longo prazo** verifica-se que no fim Junho de 2016 é inferior à previsão do PSF devido, no essencial, ao PSF considerar uma estimativa do novo empréstimo de saneamento de 7.392.453,12 Euros quando na realidade este foi de apenas 6.813.366,76 Euros (diferença de 579.086,36 Euros). Esta situação ocorre apesar do valor das prestações contratuais vincendas que serão pagas oportunamente até ao final de 2016 (previsão do PSF é para o fim de 2016 e não Junho).

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2016.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução proporcional** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante **valores reportados a períodos temporais diferentes** (não existem demonstrações financeiras no PSF à data de 30/06/2016), o que dificulta a análise a efectuar a este nível.

Mapa 2
Demonstração de Resultados

Valores em Euros

	Real 2012	Real 2013	Real 2014	Previsão PSF 2015	Real 2015	% desv.	Previsão PSF 6/2016	Real 6/2016	% desv.	Notas
Vendas	362 580	345 731	325 268	325 268	406 540	25	162 634	165 988	2	
Produtos	362 580	345 731	325 268	325 268	406 540	25	162 634	165 988	2	
Mercadorias	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Prestação serviços	609 377	690 296	702 073	702 073	640 479	-9	351 037	359 479	2	
Outros proveitos e ganhos operacionais	362 533	384 827	382 389	382 389	380 696	0	191 195	182 898	-4	
Variação da Produção	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Impostos e Taxas	1 320 675	1 277 025	1 431 105	1 431 105	1 285 694	-10	715 553	778 222	9	
Transferências e Subsídios obtidos	6 199 439	6 358 188	5 949 009	6 267 137	6 766 920	8	3 133 569	2 978 490	-5	
Trabalhos Própria Entidade	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Proveitos e ganhos financeiros exploração	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Diferenças câmbio favoráveis	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Descontos pronto pag. obtidos	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
TOTAL PROVEITOS	8 854 604	9 056 067	8 789 844	9 107 972	9 480 330	4	4 553 986	4 465 077	-2	
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	279 866	331 261	283 269	283 269	312 038	10	141 635	85 915	-39	
Mercadorias	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Produtos	279 866	331 261	283 269	283 269	312 038	10	141 635	85 915	-39	
Fornecimentos e Serviços Externos	2 521 393	2 536 956	2 733 506	2 733 506	2 992 936	9	1 366 753	1 492 300	9	
Subcontratos	447 253	460 394	419 258	419 258	447 209	7	209 629	290 560	39	
Trabalhos Especializados	218 132	269 324	259 075	259 075	278 538	8	129 538	147 101	14	
Electricidade/Combustíveis	747 613	736 621	707 081	707 081	805 184	14	353 541	455 921	29	
Conservação e Reparação	1 977	8 836	3 685	3 685	4 872	32	1 843	2 425	32	
O.F.S.E	1 106 419	1 061 781	1 344 407	1 344 407	1 457 132	8	672 203	596 293	-11	
Custos com pessoal	2 864 444	3 237 405	3 039 641	2 978 026	3 026 936	2	1 478 744	1 547 385	5	
Amortizações	1 093 289	1 106 645	1 168 786	1 191 500	1 180 175	-1	606 500	606 500	0	a)
Provisões	6 011	94 787	0	0	0	-	0	0	-	
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	669 712	1 042 375	994 402	994 402	964 646	-3	497 201	569 948	15	
Outros custos exploração	112 536	145 546	123 718	123 718	135 895	10	61 859	69 364	12	
Custos e perdas financeiras exploração	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Diferenças câmbio desfavoráveis	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
Descontos pronto pag. concedidos	0	0	0	0	0	-	0	0	-	
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	7 547 251	8 494 975	8 343 321	8 304 420	8 612 626	4	4 152 691	4 371 411	5	
RESULTADOS EXPLORAÇÃO	1 307 353	561 091	446 523	803 552	867 704	8	401 295	93 666	-77	
Proveitos e Ganhos Extraordinários	551 778	57 753	709 102	399 982	219 305	-45	199 991	18 971	-91	
Custos e Perdas Extraordinários	507 924	145 889	189 877	189 877	118 043	-38	94 938	20 047	-79	
RESULTADOS ANTES FUNÇÃO FINANCEIRA	1 351 207	472 955	965 748	1 013 657	968 966	-4	506 347	92 589	-82	
Proveitos e Ganhos Financeiros	2 687	8 827	24 366	4 824	21 667	349	2 412	0	-100	
Custos e Perdas Financeiras	307 158	346 437	331 259	204 523	357 546	75	81 500	57 180	-30	
Juros suportados	300 000	330 065	319 021	192 285	282 407	47	75 381	53 450	-29	
Outros	7 158	16 372	12 238	12 238	75 138	514	6 119	3 730	-39	
RESULTADOS LÍQUIDOS	1 046 736	135 345	658 855	813 958	633 088	-22	427 260	35 409	-92	

Notas:

a) Assumimos, para efeitos comparativos, a previsão efectuada no PSF.

2.2.1 PROVEITOS

A rubrica “**Venda de produtos**” (água para abastecimento público) apresenta um valor acima do estimado (2%) por ter crescido a um ritmo superior ao previsto no PSF.

Relativamente à **Prestação de Serviços** verificou-se um aumento ligeiro, face ao previsto no PSF, de 2% (evolução a confirmar no relatório anual) devido, essencialmente, aos seguintes factores:

- acréscimo das receitas relativas aos resíduos sólidos;
- aumento dos proveitos referentes à disponibilidade do contador (abastecimento público de águas).

Esta evolução ocorreu apesar da quebra das receitas referentes às rendas da habitação (efeito da sazonalidade) e dos reembolsos de seguros.

A rubrica de “**Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**”, relativa a rendas de concessão da EDP, está abaixo da previsão do PSF (4%) devido ao efeito da sazonalidade.

Na rubrica **Impostos e taxas** verifica-se um aumento de 9% face ao previsto no PSF, em resultado, fundamentalmente, de:

- imposto municipal sobre imóveis (IMI) - Nesta evolução destaca-se o impacto do fim das isenções;
- Imposto Único de Circulação (IUC) em virtude da actualização do valor das taxas (Orçamento do Estado) e do aumento das vendas de automóveis.

Importa contudo destacar, neste momento, a diminuição das receitas nos seguintes impostos e taxas:

- Impostos indirectos;
- Imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis (IMT);
- taxas municipais.

Relativamente às “**Transferências e subsídios obtidos**” constata-se um decréscimo de 5% face às previsões do PSF decorrente, essencialmente, da quebra das transferências relativas à educação.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor reduzido, muito abaixo do previsto, pelo facto de, ainda, não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 399.982 Euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2016.

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” não registam qualquer valor no fim de Junho de 2016, contudo no PSF já assumiam um peso residual na estrutura de proveitos do Município.

2.2.2 CUSTOS

Em relação ao “**Custo dos Produtos**” relativos, no essencial, a trabalhos realizados para a própria entidade, verificou-se uma diminuição de 39% face ao previsto no PSF.

Na conta de “**Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**” podemos verificar um valor acima da projecção (9%) devido, nomeadamente, ao aumento dos custos suportados com electricidade/combustíveis e subcontratos.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” verifica-se um excedente de 5% devido, nomeadamente, aos seguintes factores:

- reversão das reduções remuneratórias por força do disposto no artigo 2.º da Lei n.º159-A/2015 de 30/12/2015 (no 1.º trimestre 2016 verificou-se a reversão de 40% do valor das reduções remuneratórias e no 2.º trimestre 60%);
- aumento da RMMG – passou de 505,00 Euros para 530,00 Euros a partir de Janeiro/2016 (art. 2.º do D.L. n.º 254-A/2015, de 31/12)
- dificuldade em efectuar a redução de pessoal estimada. Em 2015, por decisão judicial, o Município foi obrigado a readmitir 1 trabalhador e também a CGA indeferiu 2 pedidos de aposentação (1 técnico superior e 1 assistente operacional). Em 2016 já foi indeferido um pedido de aposentação.

Relativamente às “**transferências e subsídios correntes concedidos**” constatou-se um acréscimo de 15% (72.747 Euros) face ao previsto no PSF, variação compensada pela diminuição de 74.891 Euros (79%) da rubrica dos “**custos extraordinários**” respeitante, essencialmente, às transferências de capital.

Os “**Outros custos de exploração**” que dizem respeito a quotizações, registam um valor acima do previsto em 12% (7.505 Euros).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se uma diminuição de 30% face ao previsto em virtude, principalmente, da quebra das taxas Euribor face ao momento da elaboração do PSF.



2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, verificamos que os **resultados operacionais são positivos**, todavia estão abaixo do estimado devido à diminuição dos proveitos (transferências e subsídios obtidos e outros proveitos e ganhos operacionais) e ao aumento dos custos, em especial dos fornecimentos/serviços externos e do pessoal.

Os **resultados líquidos** (também positivos, mas abaixo do projectado) ressentiram-se do já referido comportamento dos resultados operacionais, mas também da quebra dos **resultados extraordinários** em virtude, especialmente, de ainda não ter sido contabilizada a imputação dos proveitos diferidos, apesar da redução dos custos. Os **resultados financeiros** tiveram uma evolução positiva devido à diminuição dos custos.

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Valores em Euros

Designação	Previsão		% Desvio
	PSF 6/2016 (anualizado)	Real 6/2016	
<i>Recebimentos</i>			
Saldo da gerência anterior	1 838 231	1 047 103	-43
Total receitas Orçamentais	4 556 398	4 487 361	-2
Receitas Correntes	4 311 045	4 222 247	-2
Receitas de Capital	245 353	265 115	8
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		345 435	-
Total Geral	6 394 629	5 879 900	
<i>Pagamentos</i>			
Total despesas Orçamentais	4 655 198	4 690 882	1
Despesa corrente	3 627 915	3 649 809	1
Despesa de Capital	1 027 284	1 041 073	1
Operações de Tesouraria		316 550	-
Saldo para a gerência seguinte	1 739 431	872 468	-50
Total Geral	6 394 629	5 879 900	

Uma breve análise demonstra que o valor das receitas correntes está ligeiramente abaixo do estimado, em especial, devido à diminuição das taxas e das transferências correntes.

As receitas de capital são superiores às previstas devido ao acréscimo das transferências de capital em virtude do PSF apenas ter considerado investimento líquido (sem subsídios ao investimento) quando na realidade foram recebidos 11.841,46 Euros de subsídios ao investimento.



A despesa corrente é ligeiramente superior à previsão devido, essencialmente, ao aumento dos pagamentos relacionados com a aquisição de bens e serviços e com o pessoal, apesar da diminuição dos juros e outros encargos e das transferências correntes.

No que diz respeito à despesa de capital está ligeiramente acima da estimativa do PSF devido ao incremento dos passivos financeiros. De destacar o investimento em activos financeiros realizado relativo ao FAM (33.823,00 Euros) também considerado pelo PSF, a diminuição das transferências de capital efectuadas e da aquisição de bens de capital (PSF considerou apenas investimento líquido, ou seja, sem subsídios ao investimento conforme já foi referido).

2.4 INDICADORES ECONÓMICOS, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapas 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2012 Real	2013 Real	2014 Real	2015 PSF	2015 Real	2016 PSF	6/2016 Real
FUNDO DE MANEIO	€	1 193 499	2 057 595	1 510 753	1 551 231	1 111 979	1 354 079	714 651
LIQUIDEZ GERAL	%	2	4	3	3	2	3	1
SOLVABILIDADE	%	57	62	80	89	90	102	92
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	36	38	44	47	47	50	48
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	99	101	100	100	98	100	97
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	97	62	68	-	44	-	38
P.M. PAGAMENTOS	Dias	28	15	28	30	33	30	48
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	43	51	54	57	58	57	68
CASH FLOW	€	2 146 036	1 336 777	1 827 641	2 005 458	1 813 262	1 033 760	641 909

Nota:

a) O cash-flow apresentado na coluna "2016 PSF" é o valor anualizado a 30/6/2016.

Da análise do mapa anterior, na sequência do que já foi referido, podemos retirar as seguintes conclusões:

- Fundo de maneo positivo, mas abaixo da previsão (influenciado pela dívida ao FAM no valor de 372.054,72 Euros);
- Imobilizado adequadamente financiado por capitais permanentes;
- Prazo médio de pagamentos um pouco acima do estimado;
- Prazo médio de recebimentos acima do previsto;
- *Cash-Flow* positivo, mas inferior à previsão do PSF no período.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

Mapa 5
Dívida total da autarquia (Lei n.º 73/2013)

Data		Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Par	Dívida Total	Dívidas resultantes de operações não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM	Dívida total excluindo não orçamentais, exceções Lei n.º 73/2013 e FAM	Média da receita corrente líquida (últimos 3 anos)	Limite (art.º 52.º da Lei n.º 73/2013)	Excesso / disponibilidade	Rácio	
		(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5) = (3) - (4)	(6)	(7) = 1,5 x (6)	(8) = (7) - (5)	(9) = (5) / (6)	
2014	Real	01/01/2014	12 870 457	3 535 370	16 405 827	21 852	16 383 675	7 986 948	10 805 635	-5 578 040	2,28
		31/12/2014	11 895 041	957 267	12 852 308	31 757	12 820 551	7 986 948	10 805 635	-2 014 915	178
2015	PSF	31/12/2015	10 922 140	3 535 370	14 457 510	31 152	14 426 358	7 831 199	11 746 799	-2 679 559	184
	Real	01/01/2015	11 895 041	957 267	12 852 308	31 757	12 820 551	7 817 561	11 726 342	-1 094 210	164
		31/12/2015	10 658 530	48 477	10 707 007	672 270	10 034 737	7 817 561	11 726 342	1 691 605	128
2016	PSF	31/12/2016	9 654 650	3 535 370	13 190 020	31 152	13 158 867	8 386 332	12 579 498	-579 369	157
	Real	01/01/2016	10 658 530	48 477	10 707 007	672 270	10 034 737	8 332 249	12 498 374	2 463 637	120
		30/06/2016	10 247 246	30 801	10 278 047	667 340	9 610 707	8 332 249	12 498 374	2 887 667	115

Conforme o previsto no PSFA (página 107) elaborámos um mapa demonstrativo do endividamento do Município, nos termos da Lei n.º 73/2013 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2014 que estabelece um limite de 1,5 vezes da dívida total dos Municípios face à receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (Artigo 52.º). O mesmo artigo refere, no seu n.º 3, que sempre que um Município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Em 30/06/2016 assistimos a uma diminuição da dívida total excluindo não orçamentais e FAM, face ao final de 2015, de 424.030 Euros, o que associado ao aumento da média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos (2015, 2014 e 2013) permitiu um aumento da disponibilidade face ao limite de 1.196.062 Euros.

Saliente-se que, no momento da elaboração do novo PSF, uma vez que ainda não estava disponível a ficha do Município a 31/12/2014, nem foram obtidos os valores reais das entidades previstas no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 (os serviços municipalizados, as entidades intermunicipais e as entidades associativas Municipais), foi considerado na



estimativa da dívida total o valor real da dívida daquelas, a 31/12/2013, de 3.535.370,00 Euros (manteve-se esse valor no horizonte da projecção).

Acresce que, na ficha do município do 2.º trimestre de 2016 (base do presente relatório), o valor da contribuição das entidades a que se fez referência é de apenas 30.801 Euros, o que se traduz numa redução de 3.504.569 Euros face ao considerado no PSF. Ajustando o valor da dívida do PSF no fim de 2016 face à diferença da contribuição das entidades (13.158.867 Euros - 3.504.569 Euros = 9.654.298 Euros) constatamos que a dívida real está cerca de 43.000 Euros abaixo da prevista no PSF (9.654.298 Euros – 9.610.707 Euros = 43.591 Euros).

Apesar do saldo disponível de 1.691.605 Euros existente no fim de 2015, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo refere que aquele saldo só pode aumentar, em cada exercício, 20% da margem disponível.

3 CONCLUSÃO

O Município de Castelo de Paiva, no final de Junho de 2016, apresenta indicadores económico-financeiros (mapa 4) e de dívida (mapa 5), nomeadamente o fundo de maneiio e o rácio da dívida, que demonstram o **cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, de acordo com a Lei n.º 73/2013.**

No entanto, verifica-se ainda uma **libertação de fundos** inferior à prevista no PSF (vide *cash flow*) que poderá comprometer o **reembolso oportuno dos empréstimos de médio e longo prazo (elevada concentração dos mesmos) e/ou os investimentos previstos** no PSF.